

O EFEITO DO DIVÓRCIO DOS PAIS NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

THE EFFECT OF PARENTAL DIVORCE ON CHILDREN'S DEVELOPMENT

Irene Ribas Skibinski¹, Regiane Batista da Silva², Valmir Uhren³

¹ Estudante do Curso de Psicologia

² Estudante do curso de Psicologia

³ Professor do Curso de Psicologia

Resumo: O presente trabalho propõe apresentar os efeitos do divórcio dos pais, bem como as suas relações e impactos no desenvolvimento dos filhos, contribuindo teoricamente para o campo de estudo do desenvolvimento humano e da psicologia. O divórcio teve seu marco legal no Brasil, com a aprovação da Lei 6515, de 26 de dezembro de 1977, que permitiu casais infelizes se separassem legalmente de seus casamentos, mas com o aumento dos divórcios se torna fundamental a compreensão deste fenômeno. Nesse sentido, o divórcio integra sentimentos e emoções e a separação dos pais sendo consensual, ou não, pelo fato de haver diversos conflitos psíquicos e às vezes físicos é traumática, sobretudo para a criança que se encontra em desenvolvimento psicológico. Quando discutimos o divórcio envolvendo crianças, estamos abordando a ruptura de laços afetivos, que podem desencadear sentimentos de sofrimento, ansiedade e medo. O divórcio pode gerar instabilidade emocional nas crianças, afetar seu desempenho escolar e suas interações sociais, bem como a qualidade do relacionamento com os pais após a separação, a qual é um fator que pode minimizar os impactos negativos, pois, crianças que possuem um relacionamento saudável e estável com ambos os pais tendem a apresentar melhor ajuste emocional e comportamento. Foi realizado um resumo bibliográfico a fim de identificar tais mudanças comportamentais e emocionais em crianças durante o período de divórcio de seus pais.

Palavras-Chave: Crianças; Psicologia; Divórcio

Abstract: The present study aims to present the effects of parental divorce, as well as its relationships and impacts on children's development, contributing theoretically to the field of human development and psychology. Divorce had its legal milestone in Brazil with the approval of Law 6515 on December 26, 1977, which allowed unhappy couples to legally separate from their marriages. However, with the increase in divorces, understanding this phenomenon becomes fundamental. In this context, divorce encompasses feelings and emotions, and whether the parents' separation is consensual or not, it involves various psychic and sometimes physical conflicts, which can be traumatic, especially for the developing child. When discussing divorce involving children, we are addressing the rupture of emotional bonds, which can trigger feelings of suffering, anxiety, and fear. Divorce can lead to emotional instability in children, affect their academic performance and social interactions, as well as the quality of the relationship with their parents after the separation. This latter factor can mitigate negative impacts since children who have a healthy and stable relationship with both parents tend to exhibit better emotional adjustment and behavior. A bibliographic summary was conducted to identify such behavioral and emotional changes in children during their parents' divorce period.

Keywords: Children; Psychology; Divorce

Contatos: ireneskibinski@gmail.com ree.silva2818@outlook.com valmir.uhren@cescage.edu.br

1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto do divórcio dos pais e como isso afeta o processo de desenvolvimento das crianças inseridas nesse contexto familiar. Para isso, será conduzida uma pesquisa bibliográfica, utilizando material teórico relevante, incluindo artigos científicos já publicados.

Assim, após as considerações introdutórias, faremos uma explicação de como o divórcio, quando ocorre em famílias com crianças, provoca experiências multifacetadas, na qual entende-se que essa ruptura de laços afetivos essenciais, frequentemente desencadeia sentimentos de sofrimento, ansiedade e medo.

A partir disso, abordaremos o processo de desenvolvimento infantil, onde observa-se essa relação como sendo um processo contínuo de aquisição de habilidades e comportamentos, que resultam no processo crescente de independência da criança. Assim, vislumbrou-se essa importância de apoiar e identificar essa trajetória de aprendizado, buscando garantir um desenvolvimento saudável e contínuo, tanto físico quanto emocional. Diante disso, analisou-se como essa realidade afeta as diversas famílias e as crianças, de modo a entender como o rompimento desses laços familiares podem gerar um ambiente estressante e desinteressante, resultando em uma possível inquietação e desajustamento psicológico nas crianças.

Logo após, trataremos da alienação parental, e como isso pode causar danos emocionais e comportamentais significativos na criança, podendo, inclusive, dependendo do grau de influência, levá-la a cortar completamente o contato com um dos genitores, impactada pela alienação promovida pelo genitor alienante.

Na sequência, versaremos sobre o processo do sofrimento vivenciado pela criança, onde nesse meio, muitas vezes, ela suporta um ambiente conflitante entre os pais sem entender os motivos, e assim acaba por absorver negativamente esse ambiente de desordem, podendo a vir desencadear transtornos de ansiedade e depressão.

E por fim, abordaremos algumas estratégias para auxiliar no processo de separação dos pais, onde destaca-se a importância da atuação do psicólogo e técnicas da psicoterapia, tais como a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e a Ludoterapia, trazendo assim novas perspectivas para evitar a estagnação emocional da criança e de sua família.

Assim, esta pesquisa justifica-se não apenas para apresentar uma valiosa contribuição teórica para a psicologia, mas também para enfatizar a importância de compreender e abordar adequadamente os efeitos do divórcio na vida das crianças inseridas em todo esse carrossel de emoções exposto. Com isso, poderemos responder à questão: como o divórcio afeta emocionalmente as crianças envolvidas no processo de separação?

2 Material e métodos

Metodologicamente, essa pesquisa será desenvolvida através de estudos, viabilizados com base em revisão bibliográfica, onde tem-se o intuito de obter informações científicas, através de uma síntese de ideias. Para a pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes de pesquisa: Brasil Scientific Electronic Library Online (SciELO), BMC Psychiatry, LILACS e o Portal de Periódicos da CAPES. Para o acesso às publicações foram realizados através das palavras chaves: divórcio, filhos, estratégias, pais, crianças, impactos, efeitos. Foram utilizadas livros, artigos, dissertações, teses que tratam do tema proposto.

3 Resultados e discussão

3.1 Divórcio e separação dos pais

Pesquisadores no campo da família afirmam que o divórcio é um processo multifacetado e complexo, variando em sua dinâmica em cada família (Cano *et.al.*, 2009). Peck e Manocherian (1980/2001, apud Cano *et.al.*, 2009, p. 218) destacam que a crise resultante da separação afeta todos os membros da família de maneira única. Portanto, o divórcio é um procedimento individual, do qual causa impacto nos indivíduos envolvidos e depende de vários fatores tais como sociais, culturais, econômicos e religiosos, além da influência e da presença ou ausência de redes de apoio. Assim, o divórcio decorre em diferentes níveis de complexidade dentro da família.

Os escritores analisam o divórcio como uma vivência multifacetada e influenciada por diferentes variáveis como economia, religião, cultura e redes de apoio. Cada família encara o divórcio de modo único, com diferentes níveis de impacto e dificuldade. Entender essas dinâmicas é crucial para ajudar adequadamente as famílias tanto durante quanto após a separação.

Souza e Ramires (2006, apud Cano *et.al.*, 2009, p.218) enfatizam que o divórcio é um processo de crise e ruptura no qual a família procura novas soluções, destacando que isso não deve ser interpretado como problemas de ajuste ou saúde mental. As autoras afirmam que esse período é marcado por tensão e sofrimento, porém, a longo prazo, os efeitos negativos não são tão comuns quanto se imaginava.

Observam que o divórcio, apesar de ser um momento crítico, pode ser uma nova oportunidade para que as famílias encontrem novas maneiras de convivência, sem necessariamente resultar em problemas de saúde mental ou desafios de adaptação. Embora no início traga tristeza e desconforto, o futuro pode na verdade ser mais favorável, e, normalmente, as repercussões não são tão graves como se supõe. Isso mostra que ao decorrer do tempo, as famílias têm a capacidade de se ajustar e superar os desafios ligados ao divórcio.

No Brasil, dados do IBGE de 2011, indicam que cerca de 30% dos casamentos acabam em divórcio. No entanto, esse número pode ser ainda maior, considerando que a pesquisa do IBGE inclui apenas divórcios civis, excluindo outras formas de separação, como separações de fato, separações judiciais não convertidas em divórcio e dissolução de união estável (Brasil, 2015).

Peck e Manocherian (1980/2001, apud Cano *et.al.*, 2009, p. 214) mesmo com a alta frequência dos divórcios, os familiares geralmente não estão prontos para lidar com as consequências e impactos emocionais, sociais e econômicos que essa situação acarreta.

Nesse sentido, tais autores argumentam que a transição da separação conjugal afeta a família em várias gerações, aumentando a complexidade das tarefas e desenvolvimentos vivenciados.

Observa-se que essa transição pode afetar não somente os membros diretos da família, mas também as futuras gerações, aumentando a complexidade das questões de desenvolvimento enfrentadas.

As famílias com filhos pequenos têm dificuldade na comunicação sobre a decisão de separação do casal, o que pode gerar confusão para os filhos sobre o que

está acontecendo. Frequentemente, a falta de comunicação intrafamiliar ocorre pela ideia de que falar pode prejudicar a criança, de modo que os filhos mantêm o silêncio, que é compreendido pelos pais como ausência de dificuldades (Cano *et.al.*, 2009).

Comunicar aos filhos pequenos acerca da decisão do divórcio é um obstáculo corrente para muitas famílias. O medo de ocasionar sofrimento emocional às crianças frequentemente resulta em silêncio por parte dos pais, que podem entender essa falta de comunicação como um sinal de que tudo está bem. Entretanto, essa falta de diálogo pode elevar a confusão e a insegurança nas crianças, aumentando o impacto emocional da separação. Por isso, é fundamental que os pais discutam o assunto de modo apropriado, assegurando que as crianças se sintam seguras e informadas no decorrer de todo o processo.

Ramires (2004, apud Hack; Ramires, 2010, p. 91) destaca que crianças mais novas costumam ter desejos e fantasias de reunir a família novamente, enquanto as crianças em idade escolar, geralmente mais vulneráveis, podem manifestar queixas na escola e experimentar sentimentos intensos de perda, tristeza e pesar.

Além disso, é essencial compreender como o divórcio dos pais pode impactar negativamente no desenvolvimento das crianças, com efeitos que podem abranger problemas comportamentais e emocionais que mais tarde influenciam a vida social e escolar.

Nessa perspectiva, torna-se essencial indagar de uma maneira mais aprofundada e estruturada a influência do divórcio parental no desenvolvimento infantil, considerando distintas dimensões psicológicas, sociais e acadêmicas envolvidas. Sobre isso, discutiremos no próximo ponto.

3.2 O efeito do divórcio dos pais no desenvolvimento físico das crianças

O desenvolvimento infantil é um processo de aprendizagem pelo qual as crianças adquirem capacidades cognitiva, motor, emocional e social. Ao conquistar determinadas capacidades, a criança passa a apresentar alguns comportamentos que são esperados para determinada idade. Sendo assim, o desenvolvimento infantil é um conjunto de aprendizados que torna a criança cada vez mais independente (Silva, 2022).

O desenvolvimento infantil é um processo contínuo de obtenção de habilidades e comportamentos, que resultam em aumento da independência da criança. Isso ressalta a importância de auxiliar e identificar essa trajetória de aprendizado para assegurar um desenvolvimento saudável e contínuo. O maior desenvolvimento de um indivíduo ocorre na fase infantil, que é o período do nascimento até completar 12 anos.

Sendo assim é de extrema importância estudar o crescimento infantil, pois permite conhecer as fases e o que é esperado para cada uma delas, na qual se for notado uma dificuldade em alguma das etapas pode ser feito as intervenções necessárias para favorecer o desenvolvimento saudável da criança (Silva, 2022).

Compreender o desenvolvimento infantil, principalmente nos primeiros anos, é crucial para os pais e cuidadores. Isso nos permite reconhecer as expectativas em cada fase e identificar possíveis dificuldades que a criança possa enfrentar. Ao agir prontamente, podemos assegurar um crescimento saudável e uma infância feliz.

Além disso, é fundamental fazer a distinção entre desenvolvimento e crescimento. Embora frequentemente confundidos, esses conceitos possuem diferenças importantes que moldam nossa abordagem em relação ao bem estar da criança. De acordo com Malina (2003, apud De Marco, 2010, p.18), o crescimento pode ser definido, de forma simples, como um aumento no tamanho corporal. Essa mudança física envolve principalmente dois processos: a hiperplasia e a hipertrofia. Enquanto que, para Gesell (2002, apud De Marco, 2010, p.18) “O crescimento é um processo de estruturação. Ele produz mudanças estruturais nas células nervosas que levam às mudanças correspondentes nas estruturas do comportamento.

Assim sendo, o crescimento conserva características quantitativas, permitindo mensurações rápidas e objetivas e normalmente é estudado e investigado sob duas principais metodologias; transversal e longitudinal. A definição de crescimento físico, para Haywood e Getchell (2010, apud De Marco, 2010, p.18), constitui-se como sendo:

Crescimento físico é um aumento quantitativo em tamanho ou magnitude. Organismos vivos têm um período de crescimento do tamanho físico. Para os seres humanos, esse período começa com a concepção e termina no final da adolescência ou no início da segunda década de vida.

Essas definições enfatizam a importância de entender o crescimento físico como uma parte mensurável e estruturada do desenvolvimento humano. Ao diferenciar entre desenvolvimento e crescimento, percebemos que o desenvolvimento inclui mudanças qualitativas e funcionais no comportamento e habilidades, enquanto o crescimento diz respeito a mudanças no tamanho corporal. Compreender essas distinções nos ajuda a acompanhar o progresso das crianças em diferentes estágios da vida, permitindo intervenções mais precisas conforme necessário. Desse modo, o próximo ponto desta pesquisa trata do efeito do divórcio dos pais no desenvolvimento emocional das crianças. Vejamos.

3.3 O efeito do divórcio dos pais no desenvolvimento emocional das crianças

Durante o divórcio dos pais, a criança pode se sentir instável e experimentar oscilações de humor, muitas vezes atribuindo a si mesma as responsabilidades pelos conflitos dos pais. Esse período de crise familiar pode causar desequilíbrio emocional nas crianças, especialmente devido à sua imaturidade para compreender a complexidade do divórcio. Como resultado, elas podem manifestar problemas comportamentais na escola, como declínio no desempenho acadêmico e comportamento agressivo, desafiador, negativo ou deprimido (Melo; Miccione, 2014).

Durante o processo de divórcio dos pais, é comum que as crianças enfrentem desafios emocionais significativos. Elas podem vivenciar instabilidade emocional e flutuações de humor, muitas vezes causadas pela dificuldade em compreender a situação e pela tendência a se culparem pelos conflitos. Esses desafios podem aparecer em dificuldades comportamentais na escola, como queda de desempenho acadêmico e comportamentos agressivos ou depressivos. É fundamental que pais e educadores estejam atentos a esses sinais e proporcionem suporte necessário às crianças durante esse período.

Conforme observado por Almeida (2011, apud Silva; Gonçalves, 2016, p.7), a família representa o primeiro grupo ao qual a criança pertence, e a partir dela surgem diversos tipos de vínculos que podem influenciar na construção da identidade do indivíduo, assim como em sua forma de aprendizagem. O estabelecimento desses

laços ocorre principalmente através dos primeiros contatos no ambiente familiar, onde a família desempenha um papel fundamental como a principal referência para a criança e é responsável por sua formação. Assim, entendemos que a família não é somente o primeiro grupo no qual a criança pertence, mas também seu primeiro agente de socialização. A formação familiar escreve experiência suficiente para capacitar o indivíduo e proporciona um papel significativo no contexto social e cultural em que está inserido.

Os indivíduos são educados para que venham a continuar biológica e socialmente a estrutura familiar. Ao realizar seu projeto de reprodução social, a família participa do mesmo projeto global, referente a sociedade na qual está inserida. E por isso que ela também ensina a seus membros como se comportar fora das relações familiares em toda e qualquer situação. A família é, pois, a formadora do cidadão. (Reis, 2006, apud Barbosa; Reis, 2010, p. 3).

Ressalta-se a relevância da família na socialização dos indivíduos e na perpetuação tanto da estrutura biológica quanto social. Ao realizar seu papel na reprodução social, a família não só contribui para o funcionamento da sociedade, mas também educa seus membros sobre comportamentos além das relações familiares. Isso destaca o papel essencial da família na formação dos cidadãos e na transmissão de valores e normas sociais. Ademais, é essencial considerar os aspectos psicossociais incluídos nesse processo.

O termo psicossocial engloba uma variedade de necessidades sociais, emocionais e de saúde mental, juntamente com os cuidados oferecidos para abordá-las. Uma concepção mais abrangente e interligada é a qualidade de vida, vista sob a perspectiva individual, que engloba não apenas o tratamento médico, mas também a experiência vivenciada em casa. O cuidado psicossocial é multifacetado, envolvendo não apenas assistentes sociais, mas também outros profissionais de saúde, todos contribuindo para atender às necessidades psicossociais e aprimorar a qualidade de vida, influenciada também pelos processos e pelo ambiente domiciliar em geral (Johnson, 2007, apud Paiva, 2016, p. 537).

A socialização psicossocial abrange não apenas as interações sociais, mas também como as pessoas entendem e lidam com essas interações, impactando seu crescimento emocional e mental. A família, portanto, desempenha um papel fundamental não só na formação social, mas também no bem-estar emocional e psicológico de seus membros.

Sendo assim, salienta como a saúde é muito mais do que apenas cuidados médicos. Nos lembra que nossa qualidade de vida é influenciada por vários aspectos, como nossas necessidades sociais, emocionais e até mesmo o ambiente em que vivemos.

A infância marca o início do desenvolvimento psicológico e físico, portanto, crianças que enfrentam dificuldades nessa fase têm maior propensão a desenvolver problemas de saúde. A falta de um dos pais durante esse período pode afetar negativamente a saúde mental da criança. Durante o divórcio, a criança enfrenta várias situações desconfortáveis que, ao longo do tempo, podem se transformar em transtornos psicossociais (Silva; Gonçalves, 2016).

Nessa ótica, enfatiza-se como a infância é um período crucial para o desenvolvimento tanto físico quanto psicológico das crianças. As dificuldades

enfrentadas nessa fase podem influenciar a saúde futura de maneira duradoura, aumentando o risco de problemas de saúde.

Além disso, destaca o papel dos pais na saúde mental das crianças, sobretudo durante períodos de transição, como o divórcio, onde a ausência de um dos pais pode ter consequências negativas. Isso sublinha a importância de proporcionar suporte e cuidado adequados durante a infância para evitar o aparecimento de problemas psicossociais no futuro.

Na escola, também poderão ser observadas algumas dificuldades, implicando na alfabetização, na concentração e na socialização da criança, interferindo diretamente na qualidade de vida da mesma (Silva; Gonçalves, 2016).

No ambiente escolar, as crianças podem deparar-se com obstáculos que impactam sua proficiência em habilidades como leitura e escrita, além de dificultar sua capacidade de concentração em sala de aula e interação com os colegas. Essas dificuldades tem um efeito significativo na qualidade de vida dos alunos, sublinhando a importância crucial de oferecer apoio tanto na escola quanto em casa para auxiliar as crianças durante os períodos de divórcio.

A saída de um dos genitores do ambiente familiar na vida da criança tem um impacto significativo em sua vida. A ausência desse contato parental pode resultar em sentimentos de falta de atenção e tempo disponível, afetando diretamente a segurança emocional da criança. Ao longo prazo, essa ruptura nos vínculos familiares pode contribuir para o desenvolvimento de dificuldades de autoestima.

Para Oaklander (1980, apud Silva; Gonçalves, 2016, p.3) observa que o divórcio pode desencadear baixa autoestima na criança, manifestando-se por meio de comportamentos como choro frequente, necessidade de vencer, trapaças, comportamentos antissociais e autocrítica. Além disso, o divórcio pode dificultar o desenvolvimento saudável da criança, especialmente se acompanhado por negligência por parte do genitor presente, intensificando o sofrimento da criança.

O divórcio pode afetar negativamente a autoestima da criança, manifestando-se em comportamentos como choro frequente, necessidade de vencer a qualquer custo, desonestidade e autocrítica. Além disso, destaca-se que a separação dos pais pode dificultar o desenvolvimento saudável da criança, especialmente se houver negligência por parte do genitor presente. Essa reflexão ressalta a importância de fornecer apoio emocional e atenção adequada às crianças durante os momentos de transição familiar.

Mesmo as crianças que mais tarde estarão aptas a reconhecer que a separação teve resultados construtivos, inicialmente terão suportado um considerável sofrimento com o rompimento da família. As primeiras respostas mais comuns das crianças ao divórcio são a raiva, o medo, a depressão e a culpa que persistem em geral até por volta de um ano após a separação é quando começa a emergir a redução da tensão e uma crescente ponderança de bem-estar. (Melo; Miccione, 2014).

Sendo assim, mesmo as crianças que eventualmente reconhecerão os aspectos positivos da separação dos pais podem inicialmente experimentar um sofrimento emocional significativo. As reações mais comuns das crianças ao divórcio incluem sentimentos de raiva, medo, depressão e culpa, que costumam durar um período que pode chegar a cerca de um ano após a separação. Somente após esse período é possível ocorrer uma diminuição na tensão emocional e um gradual aumento no sentimento de bem-estar.

Conforme observado por Toloi (2006, apud Silva; Gonçalves, 2016, p.4), lidar com os conflitos entre os pais e os efeitos do divórcio exerce uma influência significativa na saúde mental de todos os envolvidos. A autora constatou que mudanças repentinas resultam em diversas transformações nas crianças que passam pelo divórcio dos pais, impactando diretamente seu funcionamento mental.

Os conflitos entre os pais durante o divórcio podem afetar a saúde mental de todos os envolvidos. Segundo a autora, as mudanças repentinas decorrentes do divórcio podem ter diversos impactos nas crianças, impactando diretamente suas emoções e pensamentos.

A influência da criança na relação com seus genitores é de suma importância para seu crescimento saudável. O surgimento de mudanças abruptas na dinâmica familiar pode ter um impacto direto em seu desenvolvimento. Entre as principais transformações estão o crescimento físico, o desenvolvimento da linguagem, a construção da identidade, o progresso cognitivo e a busca pela autonomia. (Silva; Gonçalves, 2016).

A forma como a criança se relaciona com seus pais é essencial para seu desenvolvimento. Mudanças repentinas na família podem afetar diferentes aspectos do crescimento da criança, como seu corpo, sua capacidade de falar, entender quem é, pensar e se tornar mais independente. Um ambiente familiar estável é fundamental para o crescimento saudável da criança.

Para Dantas (2004, apud Silva; Gonçalves, 2016, p.5), é importante fortalecer os laços com os filhos após a separação. A autora destaca que a formação da personalidade da criança está intrinsecamente ligada ao reconhecimento de si mesma nos pais. Ela ressalta a importância tanto da figura paterna quanto da materna para o desenvolvimento saudável da criança, enfatizando que a falta de relação com os pais pode prejudicar a construção da identidade infantil.

Neste contexto, é essencial reconhecer o papel fundamental dos pais na vida das crianças, especialmente após uma separação. A autora enfatiza a importância de conservar uma relação próxima e significativa com os filhos, ressaltando que isso tem um papel fundamental no desenvolvimento saudável da identidade infantil. É necessário que os pais estejam presentes e participativos na vida de seus filhos, mesmo após uma separação, para garantir seu bem-estar emocional e desenvolvimento adequado.

Segundo Bolsoni (2009 apud Silva; Gonçalves, 2016, p.5), crianças de famílias divorciadas enfrentam uma série de desafios, tanto a curto quanto a longo prazo, e estão mais propensas a desenvolver problemas como depressão, ansiedade, dificuldades de aprendizagem e comportamento agressivo. As crianças provenientes de famílias divorciadas frequentemente enfrentam dificuldades emocionais e comportamentais. É importante reconhecer esses desafios e oferecer apoio adequado para ajudá-las a superar essas adversidades e prosperar em seu desenvolvimento.

De acordo com Fonseca (2006, apud Silva; Gonçalves, 2016, p.5), “o divórcio pode acarretar diversas dificuldades para todas as partes envolvidas, incluindo a ocorrência da alienação parental”. Este fenômeno, conforme descrito pelo autor, envolve críticas, inverdades e falsas memórias proferidas por um dos genitores em relação ao outro, com o intuito de romper o vínculo entre este e o filho.

O fenômeno da alienação parental é uma realidade observada em muitos casos de divórcio, acarretando uma série de dificuldades adicionais para todas as partes envolvidas. Essa prática, que envolve críticas, inverdades e até mesmo a criação de falsas memórias por um dos genitores em relação ao outro, tem como objetivo romper os vínculos entre o genitor alienado e o filho. É fundamental reconhecer os efeitos adversos da alienação parental e buscar formas de reduzir suas consequências, garantindo o bem-estar emocional e o desenvolvimento saudável das crianças afetadas.

3.4 A alienação parental no processo de divórcio

De acordo com Souza (2000, apud Silva; Gonçalves, 2016, p.2), a saúde mental das crianças é mantida quando há um relacionamento saudável e respeitoso, tanto antes quanto depois da separação dos pais. Portanto, o impacto dependerá da qualidade da interação com os pais e de como a criança lida com as mudanças na estrutura familiar. Com o divórcio, muitos pais também se afastam dos filhos, o que pode resultar em danos emocionais significativos para as crianças.

É fundamental ressaltar a importância de um relacionamento saudável entre pais e filhos para o bem-estar emocional das crianças, tanto durante quanto após o divórcio. O impacto desse evento na vida da criança é influenciado pela qualidade da interação com os pais e pela sua capacidade de lidar com as mudanças na estrutura familiar. Além disso, há o risco de distanciamento dos pais após o divórcio, o que pode causar danos emocionais significativos nas crianças. Isso realça a necessidade de apoio contínuo e de relacionamentos positivos entre pais e filhos, mesmo em meio a essa transição familiar.

Newcombe (1999, apud Silva; Gonçalves, 2016, p.3) relata que o desenvolvimento dos filhos dependerá dos pais, de como eles estão ou não saudáveis psicologicamente, visto que os pais promovem a segurança emocional da criança, a independência, o sucesso intelectual e a competência social. Nas casas de pais divorciados seria de grande importância se os ex-cônjuges mantivessem uma relação solidária, pois o autor traz a importância das relações pai e mãe para melhor adaptação da criança ao novo contexto familiar.

As crianças mais jovens sofrem mais com o divórcio, até mesmo, acreditando serem culpadas por tal acontecimento. O autor enfatiza a importância do estado psicológico dos pais no desenvolvimento das crianças após o divórcio. Eles desempenham um papel crucial em fornecer segurança emocional, incentivar a independência, apoiar o sucesso intelectual e promover a competência social de seus filhos. Esses aspectos são fundamentais para criar um ambiente estável e favorável ao crescimento saudável das crianças, mesmo diante das mudanças familiares decorrentes do divórcio.

Homem (2009, apud Silva; Gonçalves, 2016, p.3) destaca que a saída de um dos genitores de casa pode privar a criança desse contato, levando-a a perceber uma perda de atenção, presença parental e tempo disponível. Essa ruptura nos vínculos familiares pode gerar sentimento de insegurança na criança, influenciados pelo comportamento dos pais, e a longo prazo, pode resultar em dificuldades de autoestima.

A alienação parental tende a afetar mais fortemente as crianças mais jovens, uma vez que estas percebem a manipulação quando atingem certo grau de

independência. Para Bastos e Castro (2015, apud Bordone; Tonet, 2016, p. 6) defendem que é quase sempre, no momento da disputa da guarda e do luto conjugal da separação que surge a prática da alienação parental. Em face disso o filho tende a apoiar-se naquele que é detentor da sua guarda e que muitas vezes é o alienante, de maneira, que busca não ser rejeitado pelo mesmo, anui, muitas vezes, embora de forma inconsciente à sua conduta.

Como consequência da alienação parental, a qual pode causar danos emocionais e comportamentais significativos na criança, podendo levá-la a cortar completamente o contato com um dos genitores, influenciada pela alienação promovida pelo genitor alienante (Costa, 2013).

De acordo com Cruz *et al.* (2013), toda separação causa danos ou perdas para a criança, uma vez que ela estava acostumada ao convívio familiar. Portanto, os pais estão expondo a criança mais cedo ao sofrimento por não ter mais a família, devido ao aumento do número de divórcios. O desgaste resultante da separação dos pais afeta as crianças por diversos fatores, mesmo nos casos em que os casais não se desrespeitam ou discutem na frente de seus filhos.

Como consequência, elas tendem a se culpar pela separação dos pais e enfrentam uma queda na autoestima e na motivação, refletida em sintomas de depressão, desempenho acadêmico inferior e dificuldades nos relacionamentos interpessoais. Os resultados de pesquisa de câmara e Desnick indicam que quando há cooperação entre os pais, o ajustamento social de seus filhos se estabiliza por volta de dois anos após o divórcio (Moraes, 1997, apud Almeida et.al., 2000, p. 3).

Sendo assim a criança entre meio ao divórcio dos pais, intensifica o sofrimento psicológico tornando-o desajustado. Deste modo podemos entender sucintamente, alguns pontos abaixo, como o sofrimento vivenciado pela criança interfere no desenvolvimento psicológico e também no comportamento.

3.5 O processo do sofrimento vivenciado pela criança

Durante o processo de divórcio, surgem conflitos permeados por sentimentos e emoções, frequentemente acompanhados de diálogos violentos e, por vezes, agressões físicas na presença das crianças. O ambiente familiar pode se tornar desinteressante, afetando significativamente os filhos e causando inquietação e desajuste psicológico (Santos; Cruz, 2013). A criança, nesse meio, muitas vezes vivencia um ambiente conflitante entre os pais sem entender os motivos, assim, acabam por absorver negativamente esses ambientes em desordem.

Nesse processo do divórcio, os pais frequentemente se envolvem em uma dinâmica destrutiva, onde os conflitos conjugais se sobressaem, deixando em segundo plano o cuidado e a proteção das crianças envolvidas. Isoladas em meio a conflitos destrutivos, as crianças se sentem desamparadas, experimentando desorganização familiar, o que favorece uma série de sentimentos e emoções (Juras; Costa, 2011).

Vale ressaltar que nem sempre a separação dos pais é particularmente traumática para a criança. A questão mais importante é questionar como se dá o processo de separação. Deste modo a separação será traumática se não for bem conduzida. Outro aspecto importante para a saúde psíquica da criança é a relação parental, pois se não for bem conduzida a criança pode se encontrar sozinha e sem

estrutura familiar, especialmente no construto emocional. No entanto, quando o processo de divórcio e a relação parental não forem bem direcionados, as crianças que se encontram nos primeiros anos de seu desenvolvimento, podem sofrer alterações no sono, mudanças de humor, sente frustrações, a falta do convívio dos pais e também desenvolvem alterações alimentares, afetando no desenvolvimento cognitivo e comportamental. Sendo mais afetadas crianças entre 6 a 8 anos por não possuírem a maturidade emocional suficientemente desenvolvidas. (Peck; Manocherian, 1995 apud Juras; Costa, 2011, p.228).

O divórcio é compreendido como uma transição de vida familiar. Peck e Monocherian (1995) ressaltam sendo de grande complexidade para todos os membros da família ao exigir reorganizações, estruturais, processuais e socioemocionais. Lopes (2012), discorre que quando a separação de cônjuges com filhos são processos complexos o divórcio resulta em grandes mudanças na rotina das crianças.

Dentre as possíveis repercussões, observa-se um impacto negativo no aspecto psicológico, podendo desencadear transtornos de ansiedade e depressão. A depressão infantil apresenta ligações com diferentes fatores, biológico e ambientais, daí a variedade de sintomas visto que desencadeamento varia conforme a experiência alguns sintomas podem ser semelhantes nos adultos, porém em outros não. A alteração de humor, apetite, fadiga excessiva, auto punição, choro, na concentração, pensamento de suicídios entre outro tem maiores prejuízos para a criança, visto que estão em processo de desenvolvimento (da Silva; Rocha, 2016, p. 4).

As consequências continuam através de prejuízos na esfera escolar e social, além de insegurança nos relacionamentos com os pais e outras figuras adultas. Durante o período de separação, as crianças podem manifestar diversos comportamentos, como choro, medo, culpa, ansiedade, agitação, agressividade e atitudes regressivas, refletindo sentimentos de abandono (Lopes, 2012, apud Silva; Gonçalves, 2016). Observa-se que crianças submetidas ao processo de divórcio podem apresentar sinais de transtorno generalizado de ansiedade, podendo desenvolver quadros clínicos de transtorno de ansiedade de separação, ocasionando sofrimento significativo devido à perspectiva de quebra da dinâmica social e perda do contato com os pais.

Deste modo podemos trazer alguns pontos em forma de estratégias para auxiliar a criança no processo de separação dos pais.

3.6 Estratégias para auxiliar no processo de separação dos pais

Para promover o bem-estar das crianças envolvidas na separação de pais, Pinho e Ribeiro (2012, p. 199) destacam a importância da atuação do psicólogo e técnicas da psicoterapia, trazendo novas perspectivas para evitar a estagnação da criança e de sua família em estereótipos. O compartilhamento da guarda é uma medida que visa o bem-estar da criança, reduzindo os traumas causados pela separação dos pais.

A prática da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) na psicologia é uma ferramenta utilizada tanto na clínica de adultos quanto de crianças, com a participação dos pais na coleta de dados durante a anamnese infantil. Gabriel e Gomes (2023) destaca que a TCC, desenvolvida na década de 1960 por Aaron Beck, tem como objetivo identificar e modificar padrões disfuncionais de pensamentos cognitivos, como pensamentos automáticos, a tríade cognitiva e distorções cognitivas.

Tendo em vista que a criança se expressa por desenhos, podendo na expressão gráfica trazer elementos vivenciados pela criança na separação dos pais, o teste de desenho livre e o teste de Casa-Árvore-Pessoa (HTP) consiste em desenhar a casa, árvore e pessoa, e com isso, a criança demonstrar possíveis indicadores de sofrimento psíquico considerável (Sousa, 2015). Desde que o homem surgiu na Terra, já se utilizavam desenhos nas paredes de caverna como forma de expressão.

Visto que a criança externa as suas emoções no brincar, a ludoterapia visa demonstrar através de jogos, brincadeiras e desenhos, para que a criança expresse seus conflitos e emoções nas sessões de terapia. A utilização de jogos potencializa a exploração e a construção do conhecimento, por conta da motivação interna, típica do lúdico, mas o trabalho pedagógico requer oferta e estímulo externo e a influência de parceiros, bem como a sistematização de conceitos em outras situações que não são jogos. Ao utilizar, de modo metafórico, a forma lúdica para estimular a construção do conhecimento, o brinquedo educativo conquistou o espaço definitivo na educação infantil (Kishimoto, 1996, p. 37, apud Jordani, 2021, p. 20).

A ludoterapia tem como benefícios auxiliar no ajustamento de conflitos psicológicos e comportamento social, a ludoterapia demonstra sua importância na psicoterapia, o psicólogo tem facilidade de observar a criança nas suas ações do brincar lúdica, com a finalidade de melhora do emocional e intelectual da criança (Jordani, 2021).

Dessa forma, a ludoterapia constitui-se como uma ferramenta da psicologia capaz de trazer inúmeros benefícios para a criança, no desenvolvimento da coordenação motora e na linguagem, pois ela valoriza o ato de brincar como sendo uma manifestação de auto expressão delas, assim libertando seus pensamentos, de modo que as crianças, através da brincadeira, externalizam mais facilmente seus problemas e sentimentos.

4 Conclusões finais

Existem muitas questões ligadas à temática do divórcio, e os diversos impactos na sociedade em geral, conceito esse que teve seu marco legal no Brasil com a promulgação da Lei 6515, de 26 de dezembro de 1977, que efetivamente regulamentou os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento e seus efeitos e respectivos processos litigiosos.

O divórcio legal e a separação afetiva dos pais é mais que um evento isolado, isto é, é algo que impacta todos os membros da família, em especial, os filhos. Entendemos que esse impacto se torna nocivo quando não é bem conduzido pelas partes que buscam o divórcio. Quando as partes não querem colaborar podem aparecer diversos fatores multifacetados, seja social ou econômico, a qual cada família enfrenta tal situação de maneira única e particular.

Apesar do divórcio ser algo frequentemente ligado ao sofrimento e rompimento de laços, quando esta escolha tem amparo da psicologia, de educadores que buscam a comunicação com os pais, podem amenizar seus efeitos nas crianças, tais como àqueles que incluem a falta de atenção, dificuldade acadêmica, alteração no humor e na autoestima, instabilidade emocional e problemas comportamentais.

Outro fator observado é a questão da alienação parental, fator esse que pode ser agravado no período do processo de divórcio, e traz consigo diversos malefícios e insegurança para as crianças, porém identifica-se que existindo uma abordagem psicoterapêutica estratégica e eficaz por parte do psicólogo, utilizando-se de técnicas, tais como a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e a Ludoterapia, para auxiliar no processo de separação dos pais, isso traz consigo novas perspectivas para contribuir com o desenvolvimento emocional da criança e evita a sua estagnação emocional.

Portanto, é fundamental para a saúde psíquica da criança, mesmo se divorciando, os pais manterem um relacionamento positivo com o filho. Mesmo que os genitores se separem, não há a necessidade que os filhos se separem deles. Quando isso não ocorre cabe ao psicólogo estar compenetrado nas diferentes emoções que a criança apresenta nesse período, estando atento e compreendendo essa situação de vulnerabilidade, bem como, utilizando-se dos seus conhecimentos técnicos para identificar e modificar padrões disfuncionais e contribuir assim para criar um ambiente familiar estável e favorável ao crescimento saudável das crianças, mesmo diante de toda essa mudança estrutural familiar decorrente do divórcio.

Referências

ALMEIDA, C. G. D., PERES, E. A., GARCIA, M. R., PELLIZZAR, N. C. S. Pais separados e filhos: análise funcional das dificuldades de relacionamento. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 17, p. 31-43, 2000.

BARBOSA, D. I. G., REIS, F. F. D. S. O papel da família na constituição da identidade na infância: a perspectiva veiculada em livros e periódicos de psicologia e a visão sócio-cultural dos vygotskyanos. **Simpósio de Estudos e Pesquisas**, v. 19, p. 1-10, 2010.

BRASIL. **Cartilha do Divórcio para os Pais**, Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/iles/conteudo/destaques/arquivo/2015/06/f26a21b21f109485c159042b5d99317e.pdf> . Acesso em 21 jun; 2024.

BRASIL. Lei nº 6515 de 26 de dezembro de 1977. **Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm. Acesso em: 20 Jun; 2024;

BORDONI, J. D. Á., TONET, L. As oficinas de pais e filhos como instrumento para coibir a alienação parental. **THEMIS: Revista da Esmec**, v. 14, p. 105-120, 2016.

CANO, D. S., GABARRA, L. M., MORÉ, C. O., CREPALDI, M. A. As Transições Familiares do Divórcio ao Recasamento no Contexto Brasileiro. **Family Transitions: From Divorce to Remarriage in the Brazilian Context**. Psicologia: reflexão e crítica, v. 22, p. 214-222, 2009.

COSTA, K. A. **A síndrome da alienação parental**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Estudos em Direito e Sociedade, Faculdade de Direito, Curso de

Bacharelado em Direito, Marabá, 2013.

DA SILVA, A. V.; ROCHA, A. C. Ludoterapia no tratamento terapêutico da depressão infantil: um estudo a partir do pensamento cognitivo-comportamental. **Uningá Review**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2016.

DANTAS, C., JABLONSKI, B., FÉRES-CARNEIRO, T. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 14, p. 347-357, 2004.

DE ALMEIDA MELO, N. S., MICCIONE, M. M. As consequências do divórcio dos pais sobre o desenvolvimento infantil: contribuição da abordagem cognitivo-comportamental. **Estação Científica**, v. 8, n. JUL./DEZ., 2014.

DE MARCO, A. Crescimento e desenvolvimento infantil. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 18-20, 2010.

DE SOUZA, J.A. **A expressão da separação dos pais nas técnicas projetivas gráficas infantis**. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) Psicologia – Centro Universitário Luterano de Palmas. Palmas, 2015.

FERREIRA LOPES, A. L., MESQUITA, L. M. Os impactos psicológicos em crianças e filhos de pais separados. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 16, n. 10, 2023.

GABRIEL, K. G., GOMES, E. B., DE LIZ, R. G. “Meus pais vão se divorciar. E agora?”: um recurso terapêutico para auxiliar crianças a lidar com o divórcio dos pais. **Revista Científica Sophia**, p. 4-4, 2023.

HACK, S. M. P. K., RAMIRES, V. R. R. **Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos**. **Psicologia Clínica**, v. 22, p. 85-97, 2010.

JORDANI, E.C.M. **A importância da ludoterapia como investigação clínica no tratamento com crianças**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade Anhanguera, Taubaté, 2021.

JURAS, M. M., COSTA, L. F. O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos. **Estilos da Clínica**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 222–245, 2011.

LOPES, R. G. De que sofrem os filhos de pais separados. **aSEPHallus**, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 58-71, 2012.

LOURENÇO, S., RODRIGUES, C., OLIVEIRA, C., SERRÃO, C., PEIXOTO, C. Efeitos do divórcio no desenvolvimento global da criança e do adolescente: Revisão Sistemática da literatura. recipp.ipp.pt, 1 jul. 2017.

MELO, N. S. A., MICCIONE, M. M. **As consequências do divórcio dos pais sobre o desenvolvimento infantil: contribuição da abordagem cognitivo-comportamental**. **Estação Científica**, v. 8, n. JUL./DEZ., 2014.

OLIVEIRA, J. L. A. P., CREPALDI, M. A. Relação entre o pai e os filhos após o

divórcio: revisão integrativa da literatura. **Actualidades en Psicología**, v. 32, n. 124, p. 92-110, 2018.

PAIVA, V.S.F. Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à AIDS. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 531-549, 2013.

PINHO, G.S.A.; RIBEIRO, H.B.A. Produção de Novos saberes no encontro entre psicologia, justiça e educação. *In*: PAULO, B.M (coord.). **Psicologia na Prática jurídica: A criança em foco**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PSICANÁLISE CLÍNICA. **O que é Ludoterapia? Princípios e exemplos de atividades**. Disponível em: <https://www.psicanaliseclinica.com/ludoterapia/>. Acesso em: 21 Jun 2024.

PECK, J. S., MANOCHERIAN, J. R. O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. *In*: B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar** (pp. 291-320). (M. A. V. Veronese, trad) Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

ROCHA, K. B., CONZ, J., BARCINSKI, M., PAIVA, D., PIZZINATO, A. A visita domiciliar no contexto da saúde: uma revisão de literatura. **Psicologia, Saúde e Doenças**, Lisboa, v. 18, n. 1, p. 170-185, 2017.

SANTOS, E. P., CRUZ, D. C. M., DE SANTANA, E. C., BARBOSA, L. P., DA CRUZ SILVA, S. Q., SILVA, S. R. S., BARBOSA, V. L. **Divórcio dos pais: até que ponto isso interfere negativamente nos filhos que estão em fase de desenvolvimento**. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 124–134, 2013.

SILVA, I. J. C. Reflexões da psicologia do desenvolvimento infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 11, p. 220, 2022.

SILVA, I.T.O., GONÇALVES, C.M. **Os efeitos do divórcio na criança**. Faculdade da Amazônia campus Vilhena/RO, Psicologia. pt, p. 1-14, 2016

SOUSA, M. T. C., WAQUIM, B. B. Do direito de família ao direito das famílias: a repersonalização das relações familiares no Brasil. **Revista de informação legislativa**, v. 52, n. 205, p. 71-86, 2015.